

EIXO TEMÁTICO 1 - MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, ESTADO E SOCIEDADE

MAIN THEME 1 - GLOBALIZATION OF CAPITAL, STATE AND SOCIETY

A PRESENÇA DO ESTADO NO FOMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA

THE PRESENCE OF STATE IN ECONOMIC DEVELOPMENT PARTNERSHIP AS PUBLIC POLICY

Mariana Costa Carvalho

Graduação e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/ 2008, 2012). Especializações em Gestão Pública Municipal e em Gestão Pública de Organizações de Saúde (UFJF/ 2012, 2014). Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), linha de pesquisa “Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social”.

Resumo

Este artigo propõe, como ponto de partida, a ideia de uma ordem social não administrável, de uma ordem social na qual o equilíbrio não é possível e as tentativas de realizar esse equilíbrio representariam apenas estratégias de manutenção. Dessas estratégias, aquelas que veem nas experiências da denominada economia solidária possibilidades emancipatórias teriam centralidade em nossa crítica. Embasando-se em interpretações que, no âmbito do Serviço Social, realizam críticas marxistas das experiências contemporâneas que se relacionam à gestão da pobreza, propõe-se refletir sobre a presença do Estado no fomento da economia solidária como política pública em fase de financeirização do capital.

Palavras-chave

Estado. Economia Solidária. Políticas Públicas. Crise do Capital. Financeirização.

Abstract

This article proposes, as a starting point, the idea of an unmanageable social order, a social order in which the balance is not possible and attempts to achieve this balance would represent only maintenance strategies. These strategies, those who see the experiences of so-called solidarity economy emancipatory possibilities would centrality in our criticism. Basing on interpretations that in the context of Social Work, conduct Marxist criticism of contemporary experiences related to the management of poverty, it is proposed to reflect on the presence of the state in fostering solidarity economy as a public policy in the financialization of capital phase.

Keywords

State. Solidarity economy. Public policy. Capital of the crisis. Financialization.

Introdução

O objetivo neste artigo é refletir sobre a presença do Estado no fomento da economia solidária como política pública em fase de financeirização do capital, partindo do pressuposto da relação existente entre as experiências brasileiras de economia solidária e a acumulação capitalista.

A discussão parte da década de 1990 no Brasil, em que é notório a proliferação de experiências de caráter autogestionárias que possuem como ponto comum o apelo à solidariedade e à participação individual como sendo meios de mudança social. Tais experiências são resultado de um quadro de crise que abateu as economias capitalistas a partir dos anos 1970.

Como resultado desse processo, mudanças são verificadas em relação ao papel do Estado e cabe mencionar que se referem à garantia do processo de produção e de circulação de mercadorias. Trata-se de uma garantia que engloba, também, novos apontamentos para a elaboração e a execução de políticas públicas e, nesse campo, destacamos a economia solidária.

Nessa direção, recorreremos à análise bibliográfica dos autores Joachim Hirsch e Ernest Mandel que, a nosso ver, apresentam ricas contribuições para a temática do Estado. A discussão aponta para a relação da economia solidária com a nova gestão da pobreza no Brasil, tendo como funções a movimentação do microcrédito e a execução de políticas de ativação para o trabalho ou *workfare*, referindo-se à proposta da seguridade social brasileira de manter os trabalhadores ativos para o trabalho. Para embasar esta defesa, apresentamos as teses de autoras no âmbito do Serviço Social, quais sejam: Barbosa, Menezes, Siqueira e Tavares.



Teoria Materialista do Estado: Joachim Hirsch

A abordagem do Estado realizada por Joaquin Hirsch leva em conta que as relações de dominação política possuem suas bases e condições materiais que se fundam nas estruturas da produção social. E, ainda, que estas não são diretamente observáveis pelos homens; são fetichizadas. “Trata-se, portanto, de entender as instituições e os processos políticos como expressão de relações de domínio e de exploração, bem como os conflitos e as lutas delas resultantes, e que lhe são opacas” (HIRSCH, 2010, p. 20).

Como pressuposto, o autor parte das relações materiais de produção – “o modo como se comportam os indivíduos entre si no processo de produção” (op. cit. p. 20). O Estado não é considerado um simples reflexo das estruturas econômicas (ou superestrutura), e sim, um campo de ação com condições e dinâmicas próprias, o que diferencia do entendimento do marxismo ortodoxo. A Teoria Materialista do Estado faz diferenciação entre o Estado e as outras formas históricas de dominação política, em que se compreende Estado, o “ ‘Estado moderno’, implantado como aparelho centralizado de força com o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade burguesa” (op. cit. p. 22).

Hirsch (2010), ao discorrer sobre dominação, destaca que nas antigas sociedades escravocratas e no feudalismo, a dominação econômica e política não estavam separadas uma da outra. O capitalismo transforma essa relação, já que o aparelho de domínio político passa a ser formalmente separado das classes economicamente dominantes. A partir do capitalismo tem-se a separação em esferas particulares de “Estado” e “sociedade”, “público” e “privado”.

A partir de então, fala-se em Estado, com uma constituição que diferencia-se de outras formas de dominação política. Essa autonomização do Estado frente às classes sociais, assim como a separação entre “política” e “economia”, são pré-requisitos para as relações liberal-democráticas. Destarte, para esta teoria, o Estado constitui-se em organização instaurada de forma consciente pelas pessoas, segundo

objetivos definidos, devendo ser entendido como o resultado da luta de classes que, por sua vez, operam sobre os agentes: a luta pelo sobreproduto.

Aqui reside a especificidade do modo de socialização capitalista: a separação dos trabalhadores (produtores diretos) dos meios de produção, na produção particular, no trabalho assalariado e na troca de mercadorias. Isto faz com que a apropriação do sobreproduto seja realizada pela classe dominante não com o uso da violência direta (como nas sociedades escravocratas ou no feudalismo), mas através da “troca de mercadorias equivalentes, inclusive a força de trabalho” (HIRSCH, 2010, p. 28). Nesse sentido, nos ressalta o autor supracitado, fica claro o entendimento de Max Weber, quando falou em “monopólio da força física legitimada”.

Nestas condições, segundo Hirsch (2010), o indivíduo fica impossibilitado de escolher, de forma livre, suas relações mútuas, assim como de dominar as condições sociais de sua existência através de sua ação direta. Já que “sua relação social se exterioriza bem mais em *formas sociais* coisificadas, exteriores e opostas a eles” (op. cit., p. 27).

Formas sociais caracterizam relações objetivas exteriores e reificadas face aos indivíduos, em que a sua ligação social manifesta-se disfarçada, não transparente. Sob as condições capitalistas, a sociabilidade não pode ser gerada de outro modo. As relações entre os indivíduos devem assumir o aspecto de *relações objetivadas*, ou seja, a própria existência social aparece para o indivíduo como coisa, como “fetiche” difícil de ser visualizado, ocultando aquilo que o engendra e o move (HIRSCH, 2010, p. 30 *apud* MARX, 1971; HOLLOWAY, 1991).

As duas formas sociais fundamentais que objetivam a ligação social no capitalismo são a forma valor, expressa em dinheiro, e a forma política, manifesta na existência de um Estado separado da sociedade.

O Estado vai além de aparelho de força, pois nele também se expressa o que Hirsch denominou de *comunidade política* da sociedade capitalista. Ao que o autor acrescenta que:

[...] pode-se também definir o caráter de classe do Estado capitalista. Ele não é nem a expressão de uma vontade geral, nem o mero instrumento de

uma classe, mas a objetivação de uma relação estrutural de classes e de exploração. Ele só pode manter-se enquanto esteja garantido o processo de reprodução econômica como processo de valorização do capital. Nesse sentido, o “interesse do Estado em si mesmo – ou, mais precisamente: o interesse próprio de seus funcionários burocráticos e políticos -, é que faz com que ele tenha relativa independência frente a influências diretas, tornando-se o garantidor das relações de produção capitalistas [...] O Estado da sociedade existente é, portanto, “capitalista” por razões estruturais, e não somente porque ele esteja submetido à influência direta do capital. [...] isso tem importantes desdobramentos: o Estado não é um instrumento neutro que se encontra fora da “economia”, mas está diretamente ligado às relações de produção capitalistas, das quais é parte. Por isso, é impossível transformar profundamente essas relações de produção através do Estado. (2010, p. 32)

Fazendo observação sobre Estado e sociedade, política e economia, o autor (cit., 2010) discorre que a relação de reprodução material do capitalismo, com destaque para a sua manutenção através da Lei do Valor e sua produção e realização de mais-valia, é portadora de crise. A impossibilidade da reprodução da sociedade determinada apenas pela forma econômica (e regulada segundo a Lei do Valor), ou seja, o capitalismo não é capaz de assegurar a sua existência apenas como economia de mercado; existindo, portanto, necessidade de uma atividade voltada para o conjunto da existência material, da ordenação e da manutenção da sociedade (e fora do processo de valorização imediato).

É no interior e através dos aparelhos do Estado que se formam a política comum das classes e frações de classes dominantes, porém, ao mesmo tempo, concorrentes e em luta, são preparadas o arcabouço institucional para uma vinculação das classes dominadas, sendo esta vinculação tanto repressiva como ideológica.

Os aparelhos de Estado incorporam relações com todas as classes e grupos, mas faz isso de maneira altamente diferenciada, “seletiva”. Além disso, as relações dos aparelhos estatais com as classes e os grupos sociais não são estáveis, mas podem sofrer deslocamentos com a alteração das relações de força e das posições dos conflitos sociais. Isso pressupõe certa capacidade de adaptação da aparelhagem estatal em relação às modificações das relações sociais, mas ao mesmo tempo coloca em questão, de forma permanente, a sua unidade relativa e a sua capacidade em garantir o conjunto dos processos de produção social e de desenvolvimento. Um problema fundamental do asseguramento da

dominação é a garantia da unidade do aparelho político. (HIRSCH, 2010, p. 38-39)

As funções do Estado: Ernest Mandel

Para Mandel (1982), o Estado é produto da divisão social do trabalho, tendo surgido da crescente autonomia de atividades superestruturais e mediando a produção material. O papel é o de sustentação de uma estrutura de classe e, ainda, das relações de produção. Destaca que, o ponto de partida da teoria de Estado de Marx é a distinção entre Estado e sociedade.

Ao classificar as funções do Estado (op, cit.), destaca: a criação de condições gerais de produção; a repressão de ameaças das classes dominadas de frações particulares ao modo de produção (através do exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário); e a integração das classes dominadas. É nesta terceira função destacada pelo autor – a ação integradora, que garante que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante em contraposição a aceitação da condição de exploração da classe dominada. As funções coercitivas e integradoras do Estado são mecanismos distintos, mas que se entrelaçam e, nesse sentido, a função integradora é exercida pelas diferentes ideologias, como magia e ritual, filosofia e moral, lei e política. Cada uma destas diferentes práticas da superestrutura desempenha esse papel de integração nos diferentes modos de produção ou formações sócioeconômicas.

Para esse autor (cit.) a origem do Estado coincide com a propriedade privada e associa-se à separação entre as esferas privada e pública. Esta separação das esferas – pública e privada, é o que distingue o Estado burguês de todas as formas anteriores de dominação de classe, sendo consequência da generalização da produção de mercadorias, da propriedade privada e da concorrência.

Mandel (Ibid.) destaca ser uma das características do capitalismo tardio as crescentes dificuldades de valorização do capital (a exemplo da superacumulação), sendo parte destas dificuldades resolvidas proporcionando oportunidades

adicionais, em escalas sem precedentes para que ocorram investimentos de capital: na indústria de armamentos, indústria de proteção ao meio ambiente, na “ajuda” a países estrangeiros, obras de infra-estrutura. Outra característica do capitalismo tardio é:

[...] a suscetibilidade crescente do sistema social a explosivas crises econômicas e políticas que ameaçam diretamente todo modo de produção capitalista. Em consequência disso, a ‘*administração das crises*’ é uma função tão ativa do Estado na fase tardia do capitalismo quanto sua responsabilidade por um volume enorme de ‘condições gerais de produção’ ou quanto seus esforços para assegurar uma valorização mais rápida do capital excedente. Economicamente falando, essa ‘*administração das crises*’ inclui todo arsenal das políticas governamentais anticíclicas, cujo objetivo é evitar, ou pelo menos adiar tanto quanto possível, o retorno de quedas bruscas e catastróficas como a de 1920/32 (p. 340).

Esse processo, de esforço permanente de impedir a crise cada vez mais grave das relações de produção do capital, envolve o ataque sistemático à consciência de classe do proletariado. E é nesse sentido, que o Estado possui a função integradora das classes dominadas:

Assim o Estado desenvolve uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para ‘integrar’ o trabalhador à sociedade capitalista tardia como consumidor, ‘parceiro social’ ou ‘cidadão’ (e, *ipso-facto*, sustentáculo da ordem social vigente) etc. (MANDEL, 1982, p. 341).

É claro que em geral sempre se deve lembrar que a ideologia dominante de qualquer sociedade é a ideologia da classe dominante e que a classe que se apropria do sobreproduto social controlará as superestruturas construídas com este. A função do Estado burguês de proteger institucionalmente e legitimar juridicamente a propriedade privada é algo que impregna necessariamente a estrutura típica de crenças e comportamento da grande maioria da população em tempos ‘normais’ (MANDEL, 1982, p. 346).

A economia solidária como mecanismo de enfrentamento da pobreza: fomento do microcrédito e ativação para o trabalho

Em nível mundial, desde os anos 1970, as sociedades capitalistas têm passado por intensas modificações, tanto no âmbito estrito da organização e do mercado, quanto em âmbito político e social. Segundo Antunes (2007), a denominada crise do

fordismo e do keynesianismo foram expressões fenomênicas de um quadro mais complexo, exprimindo, em seu significado mais profundo, a crise estrutural do capital, em que se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro.

Os contornos mais evidentes de resposta à crise, a partir do advento do neoliberalismo, foram privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e o desmonte do setor produtivo estatal. Desta forma, inicia-se um processo de reorganização do capital e do seu sistema ideológico e político de dominação.

Esgota-se o padrão de acumulação consolidado, iniciando-se a acumulação flexível que, nas palavras de Harvey (1992, p. 140), “[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo”.

Chesnais (1996), ao analisar a nova ordem do capital – denominado por ele de mundialização do capital, destacou que o aumento do capital financeiro somado à crise a partir de 1970, levou ao endividamento das famílias. Dessa forma, o Estado, os bancos e as agências multilaterais vêm modificando visivelmente as suas funções, assim como as relações com outras instituições e com a sociedade, seguindo os movimentos e os ditames da produção e reprodução capitalista.

A flexibilização do trabalho tem levado ao aumento das cooperativas, trabalhos familiares ou domiciliares e de pequenas empresas E, ainda que haja argumentação a respeito da autonomia e da independência presentes nesses tipos de trabalho, há prevalência da pressão do desemprego e a “liberdade” acaba por se esvaír diante da subordinação do processo de trabalho daquelas empresas mercantis contratantes. De acordo com Marx (2009), os homens não são livres para a escolha das suas forças produtivas, sendo esta a base de toda a sua história, haja vista que a força produtiva é uma força adquirida, ou seja, produto de uma atividade anterior.

De acordo com Tavares (2004), o trabalho autônomo traz a ideia de que os trabalhadores estão retomando o trabalho de forma independente. Por exemplo, a ideia de que todos, individualmente, possam se tornar empresários e, como consequência, deixaria de existir a exploração da mais-valia.

Em consonância, Menezes (2007) defende que as estratégias da economia solidária acabam por incorporar a acumulação do capital e ainda penalizam os trabalhadores pobres por sua situação de pobreza. Cabe ao projeto hegemônico convencer os trabalhadores de sua responsabilidade na barbárie social.

A interação entre economia solidária e produção capitalista, de acordo com Barbosa (2007), ocorre em dois sentidos, quais sejam: primeiro, através das relações de subcontratação; e, segundo, para que seja possível reduzir os custos de reprodução do trabalhador. “Nesse processo, viabilizam-se o *consentimento ideológico*, a ampliação de espaço econômico para iniciativa privada e o acesso aos fundos públicos (op. cit, p. 28).”

Seguindo na discussão, Barbosa (2007) destaca que este campo da economia solidária traz a questão da necessidade de se pensar na ativação de créditos para este segmento específico, já que a dificuldade de acesso ao crédito apresenta-se como um dificultador para muitos empreendimentos. “Dubiamente, parece a instituição de dois mundos financeiros e ao mesmo tempo a expansão da capitalização para o conjunto social. (p. 167)”

Siqueira (2013), ao fazer relação entre neodesenvolvimentismo, empoderamento e microcrédito, destaca o papel deste último para o combate à pobreza:

O microcrédito consiste em pequenos créditos, de forma flexível, desburocratizada e com juros baixos, para as populações mais carentes, como forma de permitir o financiamento de atividades produtivas, educativas e outras, que os créditos comuns não permitem. O microcrédito permitiria às famílias e os indivíduos a geração de fontes de renda, a construção de moradias, o acesso à escola etc., promovendo-se assim a *realização* das pessoas, ou seja, a *liberdade*, fundamento do *desenvolvimento*, na concepção do autor. (p. 135)

Barbosa (2007) aponta para o fomento de cooperativas de crédito localizadas, sinalizando a potencialidade de tornar o território local um campo de investimento econômico e mobilização de negócios, favorecendo “o próprio retorno, a liquidez e

a rentabilidade das organizações financeiras interessadas nessa fatia de mercado – porque, de fato, é disso que se trata também. (p. 169)”

Seguindo na discussão, Siqueira (2013) ressalta a retração das atribuições do Estado em relação aos gastos sociais e, nesse contexto, destaca o papel do Banco Mundial¹ (BM), “[...] as agências multilaterais se consagram como as mais apropriadas para promover ações e políticas de ‘alívio à pobreza’, ou seja: ‘ajuda internacional’ mediante transferência de capitais e tecnologia” (p. 117). Desta forma, descreve, o Banco Mundial vem tornando-se o principal promotor das denominadas “políticas de combate à pobreza”.

Ou seja, ao definir como e em que estes recursos serão empregados, a instituição multilateral impõe aos ‘clientes’ pobres uma determinada modalidade de ‘trabalho’ e de “assistência”, elementos-chaves da sua proposta de combate à pobreza, assim como exigências e condicionalidades para as políticas econômica e social desses países “assistidos”, esta estratégia marcou a política do BM de combate à pobreza nos anos 1990. (op. cit. p. 119)

Ocorre ampliação do conceito de pobreza, que passa a abranger outros aspectos, reconhecendo que a pobreza vai além da ausência de renda ou do desenvolvimento humano inadequado, abarcando a vulnerabilidade, a falta de voz e a representação. A nova estratégia que se apresenta é a desconsideração do papel de agente do Estado na proteção dos pobres em detrimento da possibilidade de espécie de empoderamento das próprias comunidades no sentido de reverter à situação de vulnerabilidade. (op. cit)

¹ A criação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) data do fim da Segunda Guerra Mundial, com objetivo inicial voltado para a reconstrução da Europa, ou seja, momento decisivo para a economia capitalista. Entretanto, ao longo dos anos, suas ações foram direcionadas para a erradicação da pobreza nos denominados países periféricos. O BIRD se dividiu em Banco Mundial e Banco para Investimentos Internacionais – e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O destaque mais importante aqui refere-se ao fato das ações das instituições citadas estarem sempre entrelaçadas aos grandes investimentos financeiros do capital (SIQUEIRA, 2013).



Nessa discussão da relação da economia solidária com a gestão da pobreza destacamos a tendência verificada na contemporaneidade, a saber: a novidade aponta para a execução de políticas públicas de ativação para o trabalho.

As políticas ativas para o trabalho têm suas origens na sociedade norte-americana na década de 1970, tendo avançado para outras economias a partir de 1990, em contexto de crise estrutural do capital. A perspectiva é de associação entre o acesso aos serviços sociais com contrapartidas dos indivíduos, a partir da busca por trabalho ou qualificação laborativa. As políticas estariam operando o deslocamento do Estado social para o Estado *workfareano*, materializando-se em novos contornos para os direitos sociais - trabalho e seguridade social. (BARBOSA, 2014)

Em termos genéricos, as *políticas ativas* constituem em ações públicas que estimulam comportamentos e contrapartidas da população aos benefícios sociais. A base da regulação está sustentada na retribuição ao benefício, por meio de um “comportamento ativo” em relação ao trabalho (ou à qualificação para o trabalho). O argumento é que as políticas de ativação visam fazer o trânsito da situação de desemprego para o ingresso em atividade laborativa e, ao mesmo tempo elas operam a desqualificação da seguridade social inalienável do cidadão como foi construído pelas lutas sociais do longo Século XX (PEREIRA 2010 *apud* BARBOSA 2014, p. 128).

O cenário de emergência é do Estado neoliberal, com execução de medidas compensatórias e residuais para as situações de pobreza e de trabalho precarizado. O argumento de Barbosa (2014) é que “a desregulamentação econômica e a retração do bemestar abrangem também o controle da força de trabalho ociosa, deixando-a ativa para o trabalho, seja ele qual for” (p. 129).

A autora (cit.) acrescenta que as políticas de ativação para o trabalho se inserem em um quadro mais geral de “remodelação do Estado”, ou seja, transição para os Estados mais *workfareanos*. E, para tratar do tema, a narrativa do governo mobiliza artefatos linguísticos que, no caso do Brasil, abriga-se na terminologia “inclusão produtiva”, bastante explícito no Programa Bolsa Família e no Plano Brasil Sem Miséria. Estes acabam por explicitar claramente o dispositivo de ativação para o trabalho como horizonte para a ação pública de enfrentamento do pauperismo.

Considerações Finais

De acordo com Mézsáros (2002), o traço marcante do capitalismo é a total subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca e para que essa lógica funcione, o capital deve exercer comando sobre o trabalho. Nessa direção, a Lei Geral da Acumulação Capitalista, de Marx, tem demonstrado sua extrema atualidade: uma considerável ampliação da força de trabalho em contraposição a uma intensificação nos níveis de exploração da classe trabalhadora.

Para Mézsáros (2006), é com a flexibilização que se chega à condição de trabalho precarizado, não continuado e temporário, em que o trabalhador é abandonado e tem que negociar seu salário e o tempo que vai dedicar ao trabalho. Sujeitos a todas as vicissitudes e oscilações conjunturais e estruturais do mercado de trabalho capitalista, os trabalhadores buscam alternativas. A economia solidária inscreve-se nesse campo.

Mediatizadas pelos reflexos da reestruturação produtiva, as experiências de economia solidária são capturadas pelo movimento de produção e reprodução capitalista no sentido de responder às demandas postas pelo próprio capital em momento de crise. As práticas de caráter autogestionário e de apelo à solidariedade apontam para a realização do indivíduo como consumidor e, dessa forma, há aquecimento do mercado e barateamento com políticas públicas assistenciais.

Em contexto de crescente pauperização, há necessidade de movimentação do mercado, que se relaciona ao apelo à solidariedade e estímulo ao empreendedorismo. Como resposta por parte do Estado, sua reconfiguração perpassa por ações de propagação do ideário do indivíduo empreendedor através da cultura do auto-emprego, fomento da economia solidária como política pública e investimentos privados para a movimentação do microcrédito.

As atuais respostas do Estado brasileiro têm apontado para a direção da implementação das políticas de ativação para o trabalho e, nessa direção, Estados

workfareanos, haja vista os planos implementados pelos governos nos campos da assistência social e seguridade social.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

BARBOSA, R. N. de C. O lugar da economia solidária na nova gestão da pobreza e do trabalho. In: ALMEIDA, N. L. T.; MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. de. (Org.) **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. São Paulo: Papel Social, 2014.

_____. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

HIRSCH, Joaquim. **Teoria materialista do Estado**: processos de transformação do sistema capitalista de Estado. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **Miséria da filosofia**: resposta à Filosofia da miséria do Sr. Proudhon. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENEZES, M. T. C. G. de. **Economia Solidária**: elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social**. Cortez Editora: São Paulo, 2013.

TAVARES, M. A. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

A GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA E O REGRESSO COLONIAL NA DESTITUIÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO

THE CAPITALIST GLOBALISATION AND THE COLONIAL RETURN ON THE DEMISSAL OF DEMOCRATIC STATE

Maria do Socorro Pereira da Silva

Universidade Federal do Piauí (UFPI) doutoranda em Educação (UFPI) e pesquisadora do NEPEGECI.

Francisco Mesquita de Oliveira

Universidade Federal do Piauí (UFPI) professor e doutor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Maria do Carmo Alves do Bomfim

Universidade Federal do Piauí (UFPI) professora e doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação.

Resumo

A globalização capitalista, enquanto processo de mundialização das economias nacionais, tem destituído o Estado democrático ao retomar as múltiplas faces de opressão e de dominação, marcada pelo regresso do colonialismo de autodestruição dos domínios imperiais, rompendo com as fronteiras dos territórios colonizados e, contraditoriamente, amplia as lutas contra-hegemônicas e anticapitalistas. Esse tema tem sido objeto central de estudos doutorais, articulando-se à pesquisa qualitativa na perspectiva dialética. As categorias centrais dessa discussão são: capitalismo, globalização, colonialismo, linguagem crítica intercultural e Estado democrático, tendo como aportes teóricos: Castells (1999), Hall (2003), Held (2001), Nunes e Serra (2002), Santos (2003), Streck (2010), Gramsci (2014). Os resultados parciais apontam que o regresso colonial compromete a autonomia política e democrática do Estado ao vincular-se aos interesses do capital referendados pelos organismos financeiros internacionais. Historicamente, movimentos de resistência e de insurgência disputam a cena pública através da linguagem crítica intercultural, das lutas e dos projetos emancipatórios.

Palavras-chave

Globalização. Colonialismo. Linguagem Crítica Intercultural. Estado. Democracia.

Abstract

Capitalist globalization as a process of globalization of national economies, has deprived the democratic state to resume the multiple faces of oppression and domination, marked by colonialism of return and self-destruction of the imperial domains, breaking the boundaries of the colonized territories and, paradoxically, extends the struggle against hegemonic and anti-capitalist. This issue has been central subject of doctoral studies, linking it to the qualitative research in dialectical perspective. The central categories of this discussion are: capitalism, globalization, colonialism, intercultural critical language and democratic state, whose theoretical contributions: Castells (1999), Hall (2003), Held (2001), Nunes and Serra



(2002), Santos (2002), Streck (2010), Gramsci (2014). Partial results show that the colonial return undertakes political and democratic autonomy of the State to be bound by the interests of capital endorsed by international financial organizations. Historically, resistance movements and insurgency dispute the public stage through intercultural critical language, the struggles and emancipatory projects.

Keywords

Globalization. Colonialism. Critical Intercultural language. State. Democracy.

Globalização neoliberal e o regresso colonial

A globalização econômica entendida como um processo de mundialização das economias nacionais está sob o domínio privado de uma minoria de grupos capitalistas colonizadora, cujo propósito é a acumulação de capital. Sob a linguagem tradicional eurocêntrica, tem apresentado um complexo receituário para diversos países, com a justificativa de “salvaguardar” a estabilização economia mundial. Essa proposta é afirmada na linguagem financeira dos organismos internacionais, como: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e a Organizações de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Essas organizações supranacionais são responsáveis pela expansão e pela articulação da globalização neoliberal, pela política de austeridade e pelo esvaziamento de parte do poder do Estado, comprometendo sua autonomia e soberania nacional. Esse modo de pensar o desenvolvimento da sociedade fez emergir outro tipo de globalização, com base na concepção neoliberal, que denominamos, neste estudo, de *globalização colonial capitalista*, marcando a centralidade desta investigação e análise, percebendo seus impactos, repercussões e lutas anticoloniais e anticapitalistas. A pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, articulada pelo método dialético, analisa a relação do particular com a totalidade, o que exige a superação do pensamento aparente a partir de uma análise profunda que procura considerar o processo vivido no contexto histórico marcado pelo conflito, pela contradição e pelas transformações sociais.

Com base nessa análise, a globalização neoliberal, no contexto atual, produz-se para além dos territórios coloniais, faz-se reversa e voraz rumos aos territórios imperiais, cujos impactos e consequência tem suprimido a dignidade humana, realidade que reafirma o pensamento de Rousseau (1886): “O homem nasce livre, e, não obstante, está acorrentado em toda parte. Julga-se senhor dos demais seres sem deixar de ser tão escravo como eles”. As bases filosóficas deste pensamento colonial têm sustentado a expansão marítima da globalização econômica, em que uma parte do “globo” ostenta um consumismo descartável e outra parte enfrenta os processos brutais de exclusão e de desigualdade social, marcada pela miséria e pela extrema pobreza. É sob esta realidade que os colonizadores (novos e velhos) registram suas digitais de identificação da globalização neoliberal de caráter colonial.

Nesse sentido, as promessas da modernidade de igualdade, fraternidade e liberdade, da qual Rousseau era precursor, tornaram-se impossíveis de serem cumpridas neste contexto de regresso colonial. Diante do exposto, apresentamos quatro questões pertinentes: Queremos viver sob marcos da globalização colonial ou da sociedade local, sem deixar de ser global? É possível superar as concepções epistemológicas liberais de Estado, democracia e economia? Em igual sentido, o Estado deve servir aos interesses econômicos ou os interesses econômicos devem servir ao desenvolvimento da sociedade e do Estado como principal indutor dos interesses sociais? É possível pela linguagem crítica intercultural ouvir as vozes dos povos subalternizados e excluídos? Para adentrar no universo dessas questões, fundamentamos o conceito de globalização colonial em que predomina as multífaces da globalização neoliberal, nas diversas esferas da sociedade, tais como: social, política, econômica, cultural, ambiental, entre outras. Caracteriza-se também pelos modos de dominação colonial marcada historicamente pela expropriação da dignidade humana. Com frequência, o ser humano vê seus direitos fundamentais negados pelos países eurocêntricos dominantes, seja na África, na América Latina, na Palestina, ou mesmo na Grécia.

Dessa forma, a Globalização Neoliberal tem contribuído para o regresso colonial, de maneira que a lei predominante corresponde à descaracterização das identidades nacionais, ao mesmo tempo em que ocupa os territórios em crise, sob a justificativa de estabilização e de organização para retomada do crescimento econômico. Entretanto, as políticas de alteridades têm a desumanização com princípio fundante, uma vez que retira direitos dos trabalhadores, comprime o papel social dos Estados nacionais e nega a liberdade dos cidadãos sobre as decisões que implicam nos rumos de suas próprias vidas e de seus países. Estas formas de intervenção colonial têm colocado duas questões centrais, de um lado, o papel que tem sido atribuído às concepções liberais de Estado, de Democracia e de Economia e, do outro lado, as forças de resistências das classes subalternizadas

Com relação ao Estado, vem sendo reconfigurado em sua estrutura institucional para se adaptar às imposições econômicas dominantes e, respectivamente, aos programas de austeridade dos organismos internacionais, em parceria com as elites nacionais e locais, retirando ainda mais o caráter social do Estado e atribuindo funções econômicas de resgate das “crises financeiras” do sistema capitalista. A democracia liberal representativa, colocada em xeque pelo sistema financeiro internacional, pela dicotomia participação e representação. Esse contexto tem presenciado as lutas contra-hegemônicas impressas pela linguagem crítica intercultural dos tradicionais e novos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil. São essas vozes que dão ao mundo outras leituras para construção de uma sociedade humanizadora que reencontra no local um modo global de ser e de viver sua identidade, seus valores, seus modos de produção, sem, para isso, violentar e exterminar vida humana.

Múltiplas concepções de globalização e o regresso colonial

O intelectual brasileiro, Milton Santos, ao discutir os elementos para construção de uma “Outra Globalização”, fala sobre a necessidade de uma transição

do pensamento único à consciência universal, ao questionar o processo de produção e globalização. Argumenta que esse modelo de globalização neoliberal tem aprofundado o fosso entre os países ricos e pobres, deixando invisíveis os que vivem em completo estado de natureza, em situação de miséria e de exclusão social, em que predomina a ausência completa de compaixão para com os povos subalternizados que veem seus territórios dominados e suas identidades dizimadas. Assim, ele afirma que:

Nos últimos cinco séculos de desenvolvimento e expansão geográfica do capitalismo, a concorrência se estabelece como regra. Agora, a competitividade toma lugar da competição. A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão. A competitividade tem a guerra como norma. Há, a todo custo, quer vencer o outro e esmagando-o para tomar seu lugar. (SANTOS, 2001, p. 46).

Este pensamento denuncia as práticas abusivas do regresso colonial, uma vez que a globalização colonial capitalista tem colocado em questão a própria sobrevivência da vida humana e do planeta. “Enquanto isto, as ideias de igualdade, de liberdade e de fraternidade fermentam entre os homens, que não são iguais ou irmãos de outros homens nem se veem livres entre eles”. (GRAMSCI, 2014, p. 365). Nesse sentido, o avanço do capitalismo nas sociedades impede progressivamente os homens de serem iguais e livres entre si. As crises capitalistas, de 2008, 2012 e, a mais atual, a crise Europeia, testemunham essa impossibilidade, cuja ordem doutrinária econômica tem submetido os povos e nações à degradação humana. O capitalismo viola os direitos da pessoa humana, causado pelo desemprego, recessão e empobrecimento da população, reduzindo, cada vez mais, o papel dos estados nacionais, como analisa Gómez (2000, p. 146), ao conceituar o capitalismo globalizado:

A chamada globalização da economia refere-se à nova forma gerada nas últimas décadas pelo processo de acumulação e internacionalização de capital e às restrições crescentes com que seu funcionamento e suas forças

dominantes (corporações transacionais e detentores do capital financeiro) impõe à soberania e à autonomia dos estados nacionais.

A América Latina sofreu abalos profundos provocados pelas forças econômicas hegemônicas contra os estados nacionais. Entretanto, parece ter reencontrado seu próprio rumo ao pronunciar sua linguagem crítica intercultural transgressora de enfrentamento à globalização neoliberal, como a experiências do Movimento Zapatista no México e o do Movimento Sem Terra (MST) no Brasil, como analisa Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 13), ao dizer:

A globalização neoliberal é hoje um fator explicativo importante dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais das sociedades nacionais. Contudo, apesar de mais importante e hegemônica, esta globalização não é a única. De par com ela e em grande medida por reação a ela está emergindo uma outra globalização, constituída pelas redes transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais e nacionais que nos diferentes cantos do globo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente e da biodiversidade, o desemprego, as violações aos direitos humanos, as pandemias, os ódios interétnicos produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal.

Os povos deste continente têm resistido historicamente aos domínios econômicos coloniais, como força contra hegemônica, segundo Quijano (2005, p. 227): “a globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial”. Esse processo significou a destituição do Estado para ser repositório de poder, cumprindo os ditos da globalização colonial que representa um perigo para existência da concepção de Estado Social, como conhecemos atualmente. Segundo Held e McGrew (2001, p. 84-85):

[...] a globalização vem enfraquecendo a capacidade do Estado em cumprir o que promete aos cidadãos, com isso desgastando sua legitimidade e a confiança dos cidadãos em seu legado histórico. [...] a globalização ‘esvaziou’ os Estados minando sua soberania e autonomia. [...] Os Estados

já não tem a capacidade e os instrumentos políticos de que precisam para contestar os imperativos da mudança econômica global.

A linguagem crítica intercultural dos movimentos de resistência em todo o planeta denuncia o regresso colonial, ora expresso pela globalização colonial. Entendida como modo de expropriação, de dominação e de subalternização dos países a um sistema global econômico dominante, único e verdadeiro. As forças econômicas dominantes impõem ajustes políticos às instituições públicas, assume a regulação e o controle econômico dos bancos, restringindo a intervenção social das políticas públicas como saúde, educação, habitação, emprego, assistência social, entre outras. Além de reduzir a importância dos mecanismos de participação popular na definição das políticas de Estado, comprometendo a emancipação social das classes populares, vem aumentando os níveis de desigualdades e de concentração de renda. São inúmeras as investidas para comprimir o papel do Estado pelos organismos internacionais ao impor pacotes de ajuste neoliberal, descaracterizando o papel social do Estado, como analisa Castells (1999, p. 13), ao discutir o poder da identidade e a desconstrução do Estado. Vejamos:

No entanto, a representação desproporcional dos interesses sociais, culturas e territórios do Estado-Nação, descaracterizou as instituições nacionais em função dos interesses das elites que deram origem a esse Estado e de sua política de alianças, abrindo caminho para as crises institucionais sempre que as identidades subjugadas historicamente ou revividas pela ideologia viam-se em condições de se mobilizar pela renegociação do contrato histórico nacional.

Desse modo, o sistema econômico tem prevalecido sobre as decisões políticas do Estado, comprometendo a autonomia e a sua identidade nacional e, ao mesmo tempo, criando uma fissura no modelo de democracia liberal. Essa concepção de globalização colonial tem corroído o Estado em seu papel de indutor do desenvolvimento e da igualdade social, abrindo espaço para o regresso da colonização em várias sociedades. Contraditoriamente, tem colocado em questão seu próprio modelo de democracia liberal, fragilizando as instituições e as formas de

organização social dos povos em todo mundo. Por isso, as leituras sobre os processos de globalização neoliberal apresentam uma intensa luta para submeter os Estados perante o capital, negligenciando as condições humanas dos povos e as condições sociais de seus territórios.

A linguagem crítica intercultural e a defesa do estado democrático popular

A linguagem é cultura, no sentido amplo da palavra. Como pensar a linguagem a partir das linguagens que foram silenciadas, ocultadas pela linguagem hegemônica como mecanismo de ratificação dos discursos válidos e competentes, em detrimento dos discursos ditos incompetentes e marginais. É sobre os discursos marginais (ausentes) das linguagens oficiais que Paulo Freire dedica grande parte de seus estudos. Para ele, o conceito de linguagem é a parte fundamental de revelação das situações de opressão das classes populares, constituindo-se em instrumento de poder, como consta no Dicionário Paulo Freire, como assevera Streck (2010, p. 247):

A linguagem para Paulo Freire é a expressão do conhecimento produzido pelo homem em sua relação (aquele que conhece) versus objeto (aquilo que é conhecido), servindo como forma de comunicação carregada por relações de poder, pois as diferenças de linguagem ou idioma têm um fundamento político e ideológico de poder [...].

Nesse sentido, apontamos como perspectiva discutir o conceito de linguagem crítica intercultural: é a capacidade de inteligibilidade da linguagem popular dita pelos povos oprimidos e excluídos desse modelo de globalização colonial; é a linguagem sistematizada a partir dos processos educativos do meio popular, que tornam compreensivos os sentidos de sociedade pela qual se luta; é ação crítica das lutas e das experiências emancipatórias, dita por eles mesmos, do modo como compreendem, da forma como vivem e de sua relação com o mundo. A linguagem crítica intercultural é a capacidade de articular redes globais de solidariedade em apoio prático às lutas emancipatórias, de modo que as lutas dos oprimidos sejam a

luta de todos os movimentos e organizações sociais do planeta. Isso exige romper com as fronteiras do isolamento das lutas locais, tornando-as visíveis para o contexto global.

Desse modo, a luta indígena em Chiapas no México passa a ser uma luta de todos, cujos gestos de solidariedade e de comprometimento passam pela presença, nesse país, em apoio às atividades dos movimentos indígenas para garantia de suas identidades e de condições sociais dignas em seus territórios contra a ação civilizatória da globalização colonial. Dito de outro modo: são encontros globais de lutas emancipatórias contra os processos de exclusão promovidos pela expansão e pela articulação do capitalismo nos territórios locais, de forma que o encontro da linguagem crítica intercultural dos povos passa, necessariamente, pelas vivências de experiências concretas nas lutas uns dos outros, como uma rede de solidariedade real das lutas contra-hegemônicas globais.

É essa linguagem libertadora que tem questionado o modelo de democracia liberal, ao longo das últimas duas décadas, tendo sido desacreditada quanto ao seu caráter emancipatório. Apesar de ser hegemônica e dominante foi a que mais perdeu credibilidade perante os seus representados. Isso reflete a crise dos tradicionais sistemas políticos, uma vez que favorece a corrupção, predominando nos sistemas eleitorais o poder financeiro das elites dominantes. Essa forma de democracia tem sido representativa, em sua maioria, dos interesses dos grandes grupos econômicos e de setores conservadores. Contudo, tem sido esse modelo hegemônico de “[...] democracia parlamentar e representativa do tipo Ocidental que tem sido apresentada a diferentes sociedades, um pouco por todo mundo, como o modo ‘natural’ de organização da vida política e da participação dos cidadãos.” (NUNES; SERRA, 2002, p. 257). O acelerado processo de globalização econômica vem colocando em questão a legitimidade da democracia representativa. Essa tentativa tem repercutido na mobilização da sociedade, marcada por um senso de apatia por parte das organizações sociais com relação à participação dos espaços institucionais de democracia indireta, como conselhos, fóruns, conferências, sobretudo pela

natureza consultiva em detrimento da deliberativa destes espaços públicos. Contudo, ainda existem experiências diversas de democracia na reinvenção da participação popular e do controle social, isso significa uma luta por modos mais democráticos como a democracia popular, como analisa Santos (2003, p. 42):

A variação na prática democrática é vista como maior interesse no debate democrático atual rompendo com as adjetivações próprias do debate do período da guerra fria – democracias populares versus democracias liberais. Ao mesmo tempo e paradoxalmente, o processo de globalização suscita uma nova ênfase na democracia local da forma democrática no interior do Estado nacional, permitindo a recuperação das tradições participativas em países como o Brasil, a Índia, Moçambique e a África do Sul [...].

Certamente, os desafios para manter a democracia em um nível superior às imposições das forças econômicas têm sido uma tarefa complicada para as forças contra-hegemônicas que historicamente tiveram sua forma de participação normatizada pelo Estado mais no campo dos deveres do que dos direitos. Assim, destaca-se o exemplo da Grécia, ainda que do ponto de vista político tenha sido simbólico, ao impor um referendo (forma de participação popular) como meio de defesa da democracia ateniense das forças mercantis. Stuart Hall (2003, p. 59), ao discutir as condições de emergências das sociedades multiculturais como forças democráticas alternativas ao processo de globalização contemporânea, analisa:

A globalização tem causado extensos efeitos diferenciadores no interior das sociedades ou entre as mesmas. Sob essa perspectiva, a globalização não é um processo natural e inevitável, cujos imperativos, como o Destino, só podem ser obedecidos e jamais submetidos à resistência e variação. Ao contrário, é um processo homogeneizante, nos próprios termos de Gramsci. É 'estruturado em dominância', mas não pode controlar ou saturar tudo dentro de sua órbita.

Por isso, a emergência da Linguagem Crítica Intercultural para os povos subjugados e oprimidos na afirmação de sua identidade nacional, a partir de seu local, de seu território e de sua condição e situação social. Para tanto, é necessário ouvir as vozes do mundo, tendo como instrumento principal a linguagem crítica intercultural

dos povos que sofrem com as investidas desumanas do capitalismo. Nesse sentido, são os oprimidos que carregam a legitimidade primeira de fazer, a partir da linguagem crítica, sua própria tradução, como possibilidade de dar sentidos e significados às suas dores, mas também como forma de se contraporem às traduções hegemônicas de inferiorização de seus territórios e de suas identidades nacionais, que, por vezes, são contra seus projetos de sociedade.

Conclusão

A linguagem crítica intercultural dos povos que resistem à globalização neoliberal de caráter colonial é um instrumento de defesa e de fortalecimento da democracia, do Estado democrático e das formas de participação popular em todo mundo. A participação, seja na esfera da sociedade civil ou ainda nas lutas por participação popular na esfera estatal, retoma o caráter social e emancipatório das instituições públicas e do Estado, que está em disputa com as forças hegemônicas do grande capital. Essa correlação de força poderá determinar se o Estado deve servir aos interesses sociais ou às forças econômicas.

Com relação aos interesses sociais, sociedades têm testemunhado as experiências dos povos oprimidos organizados na sociedade civil em vários países, como força contra-hegemônica ao projeto neoliberal de globalização. Sob as multífaces do regresso colonial e da destituição do Estado social em favor do Estado econômico, a globalização colonial capitalista tenta submeter todo o globo aos processos civilizatórios financeiros. Entretanto, ao se contrapor à tradução oficial dos grandes mercadores, as forças contra-hegemônicas têm sido capazes de ocupar o espaço público para dizer ao mundo os seus próprios sentidos e condições em que estão sendo submetidos pelas forças internas ou externas do capitalismo neoliberal.

Portanto, é possível ser uma sociedade global local sem perder seu caráter planetário, suas identidades, suas formas de desenvolvimento econômico emancipatório contra a lógica da concentração de riquezas e do acúmulo de capital.

Apostar que, mesmo em um sistema econômico dominante, as forças vivas da sociedade política podem retomar os rumos sociais e humanitários de suas sociedades. Apesar de essa tarefa ser grandiosa diante da ferocidade do modo colonial mercantil, um sopro de esperança democrática surge das diversas linguagens interculturais dos povos oprimidos contra o regresso colonial. A democracia representativa, participativa e popular, apesar de ter sua credibilidade afetada pela globalização neoliberal, ainda é instrumento necessário e indispensável para a retomada do Estado e da sua função social de emancipação e de justiça global nas diversas partes do mundo.

Referências

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciencias sociais. Perspectivas latino-americanas.** Edgardo Lander (Org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set. 2005. p. 227-278.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GÓMEZ, José María. Globalização Política: mitos, realidades e dilemas. In: Pablo Gentili (Org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial.** Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLASCO, 2000, p. 128-175

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** v. 6. Tradução, organização e edição de Carlos Nelson Coutinho et al. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** Organização de Liv Sovik. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belem Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

HELD, Devid; MCGREW, Anthony. **Prós e Contras da Globalização.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

NUNES, João Arriscado; SERRA, Nuno. “Casas decentes para o povo”: movimentos urbanos e emancipação em Portugal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 255-293.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____ (Org.). **A Globalização e as ciências sociais**. 2.ed. – São Paulo, 2002

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

STRECK, Danilo R. (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed., rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

ROUSSEAU. **Emilio, ou, Da Educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira. – 2. ed. – São Paulo; Martins Fontes, 1999. (Paidéia).

